



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO
VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO DA 5.ª REGIÃO
EDITAL N.º 08/2007 – TRF, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007.

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região torna público que pelo **resultado das inscrições definitivas deferidas restaram aprovados os candidatos abaixo relacionados:**

Inscrição	Nome
00000702	ALEXANDRE HENRY ALVES
00000005	BRUNO OLIVEIRA DE VASCONCELOS
00000241	DANIELLE MACEDO PEIXOTO
00000120	EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA
00001024	EDUARDO NUNES MARQUES
00001938	FABIO CORDEIRO DE LIMA
00000081	FABIO LUIZ DE OLIVEIRA BEZERRA
00002231	FABIO ROQUE DA SILVA ARAUJO
00001083	GABRIEL JOSE QUEIROZ NETO
00001023	GUSTAVO MELO BARBOSA
00000773	GUSTAVO MOULIN RIBEIRO
00003215	IVANA MAFRA MARINHO
00000920	JOSE EDUARDO DE MELO VILAR FILHO
00001204	MARCELO DA ROCHA ROSADO
00000568	RAFAEL SOARES SOUZA
00000200	RICARDO JOSÉ BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA
00003531	ROBERTO FARAH TORRES
00000226	TÉRCIUS GONDIM MAIA

Os candidatos CLÁUDIO GIRÃO BARRETO de nº de inscrição 00001405, ÉRICO ANTONINI de nº de inscrição 00000525 e PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA CASTELO BRANCO de nº de inscrição 00002492, tiveram indeferidas as suas inscrições definitivas, por não atenderem os requisitos do concurso.

1 DA PROVA ORAL

1.1 Os candidatos mencionados que obtiveram o deferimento de suas inscrições definitivas estão convocados para a prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, a realizar-se no **dia 1º (primeiro) de março**, de responsabilidade da Comissão do Concurso, no Plenário deste Tribunal – 1º andar, nos horários descritos conforme tabela a seguir, por ordem de número de inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	HORÁRIO
-----------	-------------------	---------

1º Grupo		
00000005	Bruno Oliveira de Vasconcelos	9h às 10h
00000081	Fábio Luiz de Oliveira Bezerra	9h às 10h
00000120	Eduardo José da Fonseca Costa	9h às 10h
00000200	Ricardo José Brito Bastos Aguiar de Arruda	9h às 10h

00000226	Tércius Gondim Maia	9h às 10h
00000241	Danielle Macedo Peixoto	10h às 11h
00000568	Rafael Soares Souza	10h às 11h
00000702	Alexandre Henry Alves	10h às 11h
00000773	Gustavo Moulin Ribeiro	10h às 11h
00000920	José Eduardo de Melo Vilar Filho	10h às 11h

2º grupo		
00001023	Gustavo Melo Barbosa	14h às 15h
00001024	Eduardo Nunes Marques	14h às 15h
00001083	Gabriel José Queiroz Neto	14h às 15h
00001204	Marcelo da Rocha Rosado	14h às 15h
00001938	Fábio Cordeiro de Lima	14h às 15h
00002231	Fábio Roque da Silva Araújo	15h às 16h
00003215	Ivana Mafra Marinho	15h às 16h
00003531	Roberto Farah Torres	15h às 16h

2 DOS PONTOS DA PROVA ORAL

2.1 A prova oral versará sobre conhecimento técnico acerca do conteúdo de temas relacionados às áreas de conhecimento constantes dos seguintes pontos:

1º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Administração Pública como função do Estado. Princípios regentes do Direito Administrativo constitucionais e legais, explícitos e implícitos. A reforma do Estado brasileiro. Os quatro setores e suas características. A publicização do terceiro setor (as organizações sociais e as OSCIPS).
- TRIBUTÁRIO -: O Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. A repartição de competências na federação brasileira. Delegação de arrecadação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Legislação sobre o Sistema Tributário Brasileiro. Definição de tributo. Espécies de tributos.
- AMBIENTAL -: Divisão de competências administrativas em matéria ambiental na Constituição Federal.
- CONSTITUCIONAL -: Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Poder constituinte: originário e derivado. Hermenêutica constitucional. O constitucionalismo brasileiro. A ordem constitucional vigente. Emendas à Constituição. Disposições gerais e transitórias. República e federação no direito Constitucional em geral. Sistema brasileiro. Repartição de competências. União: bens e competência. Competência exclusiva, competência de normas gerais, competência comum e competência concorrente.
- PROCESSUAL CIVIL -: Jurisdição: natureza, conceito, características, espécies, a problemática da jurisdição voluntária, princípios, estrutura constitucional (Poder Judiciário, organização judiciária, atividade jurisdicional, atividades essenciais à Justiça), equivalentes jurisdicionais (autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem). Jurisdição constitucional propriamente dita (controle judicial de constitucionalidade e suas espécies: ação direta de inconstitucionalidade interventiva, ação direta de inconstitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de

- descumprimento de preceito fundamental, respectivos natureza, conceitos, características, hipóteses de cabimento, detalhes de procedimento); jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos (*habeas corpus* no processo civil, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de segurança, *habeas data*, ação popular, ação civil pública), respectivos natureza, conceitos, hipóteses de cabimento, detalhes procedimentais.
- PENAL -: Princípios e normas constitucionais em matéria penal. Eficácia, aplicação e interpretação da lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Imunidades diplomáticas, parlamentares e “judiciária”. Prazo de direito material. Legislação especial.
 - PROCESSUAL PENAL -: Conceito. Finalidade. Caracteres. Princípios gerais. Fontes. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal. Normas das convenções e tratados de Direito Internacional relativos ao Processo Penal.
 - CIVIL -: Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas naturais: Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Morte presumida. Ausência. Tutela. Curatela. Pessoas jurídicas: Conceito. Classificação. Registro. Administração. Desconsideração da personalidade jurídica. Associações. Fundações.
 - COMERCIAL -: Direito Comercial: Origem. Evolução Histórica. Autonomia. Fontes. Características. Empresário: Caracterização. Inscrição. Capacidade. Teoria da empresa e seus perfis.
 - INTERNACIONAL -: Entes do Direito Internacional. Estados (elementos, classificação e competência. Nascimento, reconhecimento, transformação, extinção, sucessão). Organizações internacionais. Criação e competência.
 - PREVIDENCIÁRIO -: Seguridade. Natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de Seguridade.

2º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Administração Direta (órgãos públicos: conceito, espécies, regime); Administração Indireta: Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Principais características de cada e regimes jurídicos. O regime das subsidiárias. Direito Administrativo Econômico. As formas de intervenção do Estado. Os princípios constitucionais da ordem econômica e a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas.
- TRIBUTÁRIO -: Competência tributária plena. Indelegabilidade da competência. Não exercício da competência. Competência residual e extraordinária. Limitações da competência. Princípios da legalidade e da tipicidade. Princípio da anualidade. Proibição de tributos interlocais. Imunidade e isenção. Uniformidade tributária. Tributação das concessionárias. Sociedades mistas e fundações. Imunidade recíproca. Extensão da imunidade às autarquias.
- AMBIENTAL -: Licenciamento ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Os Estados-membros na Constituição. Organização, natureza e conteúdo da autonomia constitucional do Estado-membro. Competências estaduais. Intervenção federal nos Estados-membros, Distrito Federal e Territórios. Os Municípios na Constituição. Competência municipal, organização política e administrativa dos Municípios. Intervenção nos Municípios.
- PROCESSUAL CIVIL -: Competência: conceito, critérios de distribuição, espécies; identificação do foro competente; modificações (conexão, continência, prevenção), *perpetuatio jurisdictionis*, conflitos positivos e negativos; competência interna e internacional (concorrente e exclusiva), homologação de sentença estrangeira. Competência da Justiça Federal. Ação: natureza, conceito, condições, admissibilidade e mérito, elementos; a questão da classificação das ações: classificações tradicionais (pela pretensão material, pelo rito) e atuais (pela espécie de tutela pretendida, pela natureza da sentença), classificações ternárias, quaternárias e

quinárias; concurso de ações. Defesa: natureza, conceito, espécies; sua inserção entre as bases fundamentais do Direito Processual. Processo: natureza, conceito, pressupostos, início, suspensão e fim, classificação (problemática da distinção entre as espécies processuais e a atual visão sincrética), princípios informativos, gerais e específicos.

- PENAL -: A teoria do crime. Ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Condições de punibilidade. Causas de justificação e de exculpação. Erro. Sujeito ativo e passivo. Objeto jurídico. Objeto material. Relação de causalidade, teorias da equivalência dos antecedentes e da causalidade adequada. Imputação objetiva. Tipicidade. Elementos do tipo. Espécies de tipos. Elementos do crime.
- PROCESSUAL PENAL -: Persecução Penal. Inquérito e ação penal. Procedimento. Garantias do investigado. Atribuições da autoridade policial. Intervenção do Ministério Público. Outros meios de colheita de indícios da infração. Sujeitos do processo. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Curador do réu menor. Auxiliares da justiça. Assistentes. Peritos e intérpretes. Serventuários da justiça. Impedimentos e suspeições.
- CIVIL -: Domicílio. Bens. Negócios jurídicos: Conceito. Representação. Condição. Termo. Encargo. Defeitos. Invalidez. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- COMERCIAL -: Teoria geral do Direito Societário: Conceito de sociedade. Personalização da sociedade. Classificação das sociedades. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas: Sociedade simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperada. Sociedades coligadas. Liquidação. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização.
- INTERNACIONAL -: Direito Internacional dos Direitos Humanos IDH. O homem e a humanidade nas Relações Internacionais. Direitos Humanos e autodeterminação. PREVIDENCIÁRIO -: Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda.

3º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Direito Administrativo Regulador. Agências: Reguladoras e Executivas. O regime jurídico das Agências Reguladoras: natureza jurídica, características, contrato de gestão, pessoal e poder normativo. A concessão de serviços. Conceito, características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. As permissões e autorizações. As parcerias da Administração Pública. Parcerias público-privadas.
- TRIBUTÁRIO -: Impostos federais: Impostos sobre o comércio exterior. Imposto sobre produtos industrializados (IPI). Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
- AMBIENTAL -: Estudo de impacto ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Poder Legislativo. Organização e atribuições. O processo legislativo: Cláusulas pétreas. Natureza. Espécies. Iniciativa legislativa. Normas constitucionais e processo legislativo. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. O Tribunal de Contas. Natureza e atribuições.
- PROCESSUAL CIVIL -: Sujeitos do processo: o juiz, sua atuação e poderes, impedimento e suspeição; parte e respectivos conceitos material e processual, espécies, representação, legitimação ordinária e extraordinária; sujeitos especiais do processo; o Ministério Público, sua atuação como parte e fiscal da lei, impedimento e suspeição; a advocacia, privada e estatal, inclusive a defensoria pública. Deveres das partes, seus procuradores e demais partícipes do processo; substituição e sucessão de partes e procuradores. Representação técnica. Litisconsórcio: conceito, espécies, a problemática da unitariedade e necessariedade. Intervenção de terceiros: conceito de terceiro, classificação das modalidades interventivas, figuras típicas

- (assistência simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denúncia à lide, chamamento ao processo) e atípicas, conceito, natureza, cabimento, aspectos procedimentais. Procedimento: natureza, conceito, classificação; distinção entre processo e procedimento; procedimentos sem processo. Procedimentos do processo de conhecimento (comum, ordinário e sumário); procedimentos especiais. Ato processual: conceito, forma, tempo, nulidades (teoria processual das nulidades, princípios respectivos, identificação, decretação e convalidação); prazos (classificação e modos de contagem); fases procedimentais.
- PENAL -: Crimes comissivos e omissivos. Crimes quanto ao resultado. Atos preparatórios e de execução, consumação e tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior. Exaurimento. Crime impossível. Concurso de crimes. Crime continuado. Concurso aparente de normas. Consunção, especialidade e subsidiariedade.
 - PROCESSUAL PENAL -: Jurisdição. Competência. Conexão e continência. Prevenção. Questões e procedimentos incidentes. Competência da Justiça Federal, do TRF, do STJ e do STF. Perpetuatio jurisdictionis. Conflito de competência. Procedimento da ação penal originária nos tribunais.
 - CIVIL -: Prescrição e decadência. Prova.
 - COMERCIAL -: Sociedade Limitada. Sociedade Anônima.
 - INTERNACIONAL -: Direito de integração. Direito Comunitário. Direito do MERCOSUL.
 - PREVIDENCIÁRIO -: Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência. Distinções.

4º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Formas de intervenção do Estado na propriedade. Limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão e desapropriação. Fundamentos e requisitos constitucionais para as desapropriações. Espécies de desapropriações. Desapropriações por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária. O art. 243 da CF/88. Retrocessão. Desapropriação indireta. Procedimento expropriatório.
- TRIBUTÁRIO -: Imposto de renda. Regimes jurídicos. Imposto de renda pessoas jurídicas. Imposto de renda pessoas físicas.
- AMBIENTAL -: Princípios relativos à proteção jurídico-ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Poder Executivo. Evolução do conceito. Atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar, poder regulador e as agências administrativas. Do Conselho da República. Do Conselho de Defesa Nacional.
- PROCESSUAL CIVIL -: Fase postulatória: inicial, requisitos, pedido (alteração, aditamento, cumulação); pedidos alternativo e sucessivo; resposta (contestação, reconvenção, exceções); ação declaratória incidental; razões finais. Fase instrutória: conceito e características; prova: conceito, sistemas, ônus e sua distribuição, princípios aplicáveis ao tema; a vedação constitucional das provas ilícitas; classificação dos meios probatórios. Meios de prova em espécie (depoimento pessoal, confissão, documentos, testemunhas, perícia, inspeção), natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, procedimentos respectivos, incidentes. Fase decisória: sentença, natureza e conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, eficácia natural e autoridade. Coisa julgada: natureza, conceito, classificação, limites objetivos e subjetivos. Desconstituição da coisa julgada, decisões rescindíveis e anuláveis; ação rescisória: conceito, natureza, cabimento, condições específicas, juízos rescindente e rescisório, aspectos competenciais, procedimento, tutela de urgência na hipótese; a relativização da coisa julgada. Processo nos tribunais.
- PENAL -: As penas: fundamento e finalidades. Cominação, aplicação e execução. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Medidas de segurança. Natureza. Conceito. Pressupostos. Espécies. Aplicação da pena. Circunstâncias judiciais. Agravantes e atenuantes. Causas de aumento e de diminuição. Cálculo da pena. Reincidência.

- Suspensão condicional da pena e livramento condicional. Conceito. Pressupostos. Revogação. Restauração. Prorrogação. Extinção.
- PROCESSUAL PENAL -: Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Medidas assecuratórias: seqüestro, hipoteca legal e arresto. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento. Provas. Procedimento probatório. Classificação. Prova testemunhal. Documental. Material. Ônus. Presunções. Índícios. Valoração. Provas ilícitas
 - CIVIL -: Obrigações: Conceito. Elementos Constitutivos. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e extinção. Inadimplemento.
 - COMERCIAL -: Estabelecimento Empresarial. Institutos Complementares do Direito Empresarial: Registro. Nome. Prepostos. Escrituração. Propriedade industrial
 - INTERNACIONAL -: Relações internacionais. Relações diplomáticas e consulares. Privilégios e imunidades.
 - PREVIDENCIÁRIO -: Previdência Social Rural e Previdência Social Privada. Regimes especiais. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência complementar

5º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Conceito e teorias. A responsabilidade por ação e por omissão. Evolução histórica no Direito brasileiro. Elementos. A reparação do dano. Ação regressiva e litisconsórcio. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.
- TRIBUTÁRIO -: Fato gerador. Taxas e preços públicos. Taxas contratuais e facultativas. Contribuições para a Seguridade Social. Contribuição para o FINSOCIAL. Contribuição sobre o lucro. O regime da COFINS. CPMF. A CIDE e o seu regime. Empréstimo compulsório. As limitações constitucionais do empréstimo compulsório na Constituição Federal de 1988.
- AMBIENTAL -: Meio ambiente cultural.
- CONSTITUCIONAL -: Poder Judiciário. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. O princípio da reserva legal na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito individual e a direito. Poder Judiciário Federal e Poder Judiciário Estadual. O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais. A Justiça Federal de 1º Grau. Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
- PROCESSUAL CIVIL -: Recursos: natureza, conceito, inserção entre os mecanismos de impugnação das decisões judiciais, classificação, efeitos, pressupostos, admissibilidade e mérito recursais, princípios, regras gerais; sucedâneos recursais; remessa obrigatória. Recursos em espécie (apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência): natureza e conceito de cada um, hipóteses de cabimento, prazos, procedimento, pressupostos específicos, modos de interposição, peculiaridades específicas.
- PENAL -: Ação penal, espécies. Regimes prisionais. Penas substitutivas. Efeitos da condenação. Reabilitação. Efeitos civis da sentença penal. Extinção da punibilidade: causas. Prescrição. Renúncia. Perdão judicial. Perempção, decadência, prescrição (ação e pretensão executória), pagamento de tributo. Imunidade.
- PROCESSUAL PENAL -: Processo: finalidade, pressupostos e sistemas. Procedimentos: crimes apenados com reclusão; crimes apenados com detenção; contravenção; crimes de abuso de autoridade; crimes de responsabilidade; crimes contra o meio-ambiente; entorpecentes; crimes contra a economia popular; crimes de imprensa; crimes contra o sistema financeiro nacional; homicídio e lesão corporal culposos; júri; crimes contra a honra; Lei n. 9.099/95 – aplicação na Justiça Federal. Atos processuais. Forma. Lugar. Tempo. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Comunicações, forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia. Fixação da pena. Nulidades.

- CIVIL -: Contratos em geral: Teoria geral dos contratos. Princípios. Elementos constitutivos. Pressupostos de validade. Revisão. Extinção.
- COMERCIAL -: Contratos empresariais: compra e venda mercantil. Comissão. Representação comercial. Concessão comercial. Franquia (Franchising). Distribuição. Alienação fiduciária em garantia. Faturização (Factoring). Arrendamento mercantil (Leasing). Cartão de crédito.
- INTERNACIONAL -: Fontes do Direito Internacional. Tratados (definição, nomenclatura, elaboração, condições de validade, nulidade, interpretação, efeitos em relação a terceiros, extinção, vigência interna). Costume internacional. Comitas Gentium.
- PREVIDENCIÁRIO -: Custeio. Salário-de-contribuição. Limites. Reajustes.

6º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Servidores públicos. Regime constitucional. Regimes jurídicos: O servidor estatutário e o empregado público. Cargos e Funções. Direitos e deveres dos servidores estatutários. Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O novo regime previdenciário. O sistema de previdência complementar. Regime e processo disciplinar.
- TRIBUTÁRIO -: Fontes do Direito Tributário. Conceito de fonte. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Conceito. Lei, Tratados e Convenções Internacionais. Normas Complementares. Leis Complementares. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração da Legislação Tributária. Tratados internacionais e legislação interna. A perda de eficácia dos tratados. Os tratados sobre matéria tributária e o artigo 98 do CTN. Vigência do tratado.
- AMBIENTAL -: Direito administrativo ambiental. Noções gerais.
- CONSTITUCIONAL -: O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Conceito. Natureza. Espécies. A Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Ação Direta de Inconstitucionalidade. A ação de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental. PROCESSUAL CIVIL -: Execução: natureza, conceito e espécies; execução de títulos judiciais e extrajudiciais, princípios, pressupostos, condições, regras gerais; débito e responsabilidade patrimonial; fraude à execução; aspectos peculiares do processo executivo, seus detalhes procedimentais (instrução, penhora, avaliação, arrematação, satisfação, pagamento, adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, remissão e remição); liquidação; a defesa na execução, exceção de pré-executividade; suspensão e extinção da execução; sentença e coisa julgada executivas.
- PENAL -: Aberratio ictus e aberratio delicti. Concurso de pessoas. Participação dolosamente distinta. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Participação nas diversas espécies de crimes. Elemento subjetivo do delito. Emoção, paixão e embriaguez. Crime doloso, crime culposo, agravação pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e Obediência hierárquica. Antijuricidade e suas excludentes legais e supralegais. Imputabilidade e seu relevo penal. Excesso punível.
- PROCESSUAL PENAL -: Prisão. Flagrante. Temporária. Preventiva. Decorrente de pronúncia, decorrente de sentença. Princípio da necessidade, prisão especial, prisão albergue, prisão domiciliar e liberdade provisória. Fiança. Execução das penas e das medidas de segurança. Execução penal: evolução e regressão, regimes de cumprimento da pena e incidentes; suspensão condicional da pena; livramento condicional; graça; indulto; anistia; reabilitação. Incidentes da execução. Remição.
- CIVIL -: Contratos em espécie: Compra e venda. Permuta. Contrato Estimatório. Doação. Locação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais: Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.

- COMERCIAL -: Contratos bancários: Depósito bancário. Conta-corrente. Aplicação financeira. Mútuo bancário. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário.
- INTERNACIONAL -: Responsabilidade internacional. Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos. Abuso de direito. Atos de Estado, de funcionários e revolucionários. Dano e sua reparação.
- PREVIDENCIÁRIO -: Prestação. Carência. Benefícios. Renda Mensal Inicial. Aposentadorias, auxílios e pensões. Prescrição.

7º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Ato administrativo. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Elementos e requisitos. Vícios dos atos administrativos. Principais classificações dos atos administrativos. Procedimento administrativo. Fundamentos constitucionais. Controle dos atos da Administração. Controle administrativo e jurisdicional. Limites do controle jurisdicional. O controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas. Formas, características e limites. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Improbidade administrativa.
- TRIBUTÁRIO -: Obrigação principal e acessória: Fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade por infrações.
- AMBIENTAL -: Infrações e sanções administrativas.
- CONSTITUCIONAL -: Funções essenciais à justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Da Advocacia-Geral da União. Da Administração Pública. Princípios e Disposições Gerais. Dos servidores civis e militares. Acumulação remunerada. Garantias. Responsabilidade jurídica das pessoas públicas.
- PROCESSUAL CIVIL -: Execuções em espécie (por quantia certa contra devedor solvente, de obrigações de fazer ou não fazer, de obrigações de dar coisa certa ou incerta, contra a Fazenda Pública, de alimentos, por quantia certa contra devedor insolvente): conceito e características de cada uma, função, objeto, subtipos, procedimentos, controvérsias.
- PENAL -: Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida, lesões corporais, rixa, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade, a paz e a fé públicas. PROCESSUAL PENAL -: Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Expulsão. Deportação. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Protesto por novo júri. Embargos infringentes e de nulidade. Carta testemunhável. Recurso especial e extraordinário. Agravo em execução penal. Coisa julgada. Revisão criminal.
- CIVIL -: Responsabilidade civil.
- COMERCIAL -: Sistema Financeiro Nacional: Constituição. Competência de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Sistema Financeiro da Habitação.
- INTERNACIONAL -: Nacionalidade. Aquisição, mudança, perda e reaquisição.
- PREVIDENCIÁRIO -: Cálculo de benefícios. Valores mínimo e máximo. Reajustes, revisões e valor real.

8º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Licitações. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações da Lei nº 8.666/93 e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. O Registro de preços. Contratos administrativos Conceito e características. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos.

- **TRIBUTÁRIO** -: Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades. Suspensão do crédito tributário.
- **AMBIENTAL** -: Limitações à propriedade de cunho ambiental.
- **CONSTITUCIONAL** -: Da defesa do Estado e das instituições democráticas. O Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Das Forças Armadas. Da Segurança Pública. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Alistamento. Elegibilidade e inelegibilidade. Suspensão e perda dos direitos políticos. Sufrágio: natureza e forma.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Tutela jurídica e tutela jurisdicional, tutela processual e tutela satisfativa, tutela inicial e tutela final; tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade; antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características e limites; tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; fungibilidade das tutelas de urgência: visão atual do tema; poder geral de cautela; cautelares inominadas, pressupostos, espécies, procedimento cautelar; cautelares nominadas (arresto, seqüestro, caução, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, protestos, notificações e interpelações, atentado), detalhes, procedimento.
- **PENAL** -: Crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça. Crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve. Crime de tortura. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Crimes contra os portadores de deficiência. Crimes de responsabilidade. Crimes hediondos. Crimes de lavagem de dinheiro.
- **PROCESSUAL PENAL** -: Nulidades. Rol legal. Súmulas dos Tribunais Superiores. Habeas corpus. Competência. Natureza jurídica. Cabimento. Requisitos. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Mandado de segurança em matéria penal. Cautelar em matéria penal.
- **CIVIL** -: Posse. Propriedade.
- **COMERCIAL** -: Teoria geral do Direito Cambiário: Conceito de título de crédito. Princípios. Classificação dos títulos de crédito. Saque. Aceite. Endosso. Aval. Vencimento. Pagamento. Protesto. Ação cambial. Títulos de crédito em espécie: Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de crédito e financiamento rural, industrial, comercial e imobiliário.
- **INTERNACIONAL** -: Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. O Estatuto do Estrangeiro. Direitos e deveres. Estatuto da Igualdade. Deportação, expulsão, extradição. Pessoas jurídicas estrangeiras.
- **PREVIDENCIÁRIO** -: Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social.

9º PONTO

- **ADMINISTRATIVO** -: Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art.84 da CF/88 quanto aos limites do poder regulamentar. Poder de Polícia. Conceito. Características. Origem e função. Limites, extensão e controle. Poder de polícia e regulação. Distinções.
- **TRIBUTÁRIO** -: Compensação. Restituição. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Conversão do depósito em renda. Consignação em pagamento. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado. Restituição do tributo transferido. Restituição de juros e multas. Ação anulatória. Correção monetária. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- **AMBIENTAL** -: Processo administrativo.
- **CONSTITUCIONAL** -: Processo eleitoral. Plebiscito. Referendum. Iniciativa popular. Direitos e garantias individuais. O rol da constituição brasileira. Direitos explícitos e implícitos. Classificação dos direitos explícitos. Abuso de direito individual ou político.
- **PROCESSUAL CIVIL** -: Procedimentos especiais: visão geral, características, procedimentos especiais de jurisdição voluntária (incluída a discussão sobre a real natureza dessa espécie jurisdicional) e de jurisdição contenciosa; tipos codificados (consignação em pagamento; tutela

interdita e não-interdita da posse: interdito proibitório, ações de manutenção e reintegração de posse, embargos de terceiro, usucapião; a problemática do confronto entre ações petitórias e possessórias; ação monitória) e não-codificados (desapropriação, ação de improbidade, reclamação constitucional), natureza e conceito de cada um, subespécies, hipóteses de cabimento, requisitos, aspectos procedimentais.

- PENAL -: Crimes contra o meio ambiente, a flora e a fauna. Crimes contra os índios. Genocídio. Crimes contra a Seguridade Social. Crimes praticados por meio da Imprensa. Crimes contra as telecomunicações. Crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo. Crimes contra a previdência social e a ordem tributária.
- PROCESSUAL PENAL -: Juizados Especiais Federais Penais. O Conciliador. Quebra de sigilo fiscal, bancário e de dados. Interceptações de comunicação.
- CIVIL -: Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor. Hipoteca. Anticrese.
- COMERCIAL -: Recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101/05).
- INTERNACIONAL -: Direito conflitual: normas em conflito interespaçial. Aplicação do Direito Estrangeiro. Sistemas.
- PREVIDENCIÁRIO -: Contribuições sociais. Natureza e espécies.

10º PONTO

- ADMINISTRATIVO -: Domínio público. Conceito. Bens públicos. Conceito e características, regime e espécies. Regime jurídico dos recursos minerais. Terras devolutas. Terrenos de marinha e seus acréscidos.
- TRIBUTÁRIO -: Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal. Cautelar fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de consignação em pagamento.
- AMBIENTAL -: Responsabilidade civil por dano ambiental.
- CONSTITUCIONAL -: Direito de propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação judicial. Regime das jazidas. Direito urbanístico. Ordem Econômica: Princípios. Intervenção no domínio econômico. Formas e limites de intervenção. Repressão do abuso do poder econômico. Empresa pública e sociedade de economia mista. Da comunicação social. O planejamento na ordem constitucional. Os direitos constitucionais dos trabalhadores. Organização sindical. Família, Educação e Cultura. Da Ciência e da Tecnologia. Da criança, do adolescente e do idoso.
- PROCESSUAL CIVIL -: Juizados Especiais cíveis: caracterização como subsistema processual e seu relacionamento com o sistema processual geral; especificidades, diferenciações e semelhança entre os Juizados Estaduais e Federais; estrutura orgânica (Juizados, Turmas Recursais, Turmas de Uniformização Regionais e Turma Nacional), princípios, características, espécies, competência (inclusive a real natureza desta e a discussão sobre possível descompasso entre o critério constitucional e o legal); procedimentos, recursos, pedido de uniformização, coisa julgada, execução, questões controvertidas, possibilidade de utilização, dentro dos Juizados, de meios processuais que não lhes são específicos (p. ex., mandado de segurança, procedimentos de jurisdição voluntária, etc.).
- PENAL -: Crimes previstos na Lei de Estrangeiros. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional. Contravenções penais. Crimes de tóxicos. Crimes políticos. Abuso de autoridade. Crimes previstos na Lei de Licitações. Crimes contra a fé pública. Crimes de organizações criminosas. Crimes quanto à remoção de órgãos. Crimes contra a propriedade intelectual e de programas de computador.
- PROCESSUAL PENAL -: Processo nos crimes: de abuso de autoridade, de entorpecentes, de falência, de responsabilidade dos funcionários públicos, contra a honra.

- CIVIL -: Proteção e Defesa do Consumidor. Registros Públicos. Estatuto da Terra.
- COMERCIAL -: Disciplina jurídica da concorrência empresarial. Princípios. Infrações da ordem econômica. Concorrência ilícita e desleal. Navio e aeronave: Conceitos. Aquisição, perda e registro de propriedade. Registro de ônus reais. Responsabilidade do armador, no Direito Marítimo, e do explorador, no Direito Aeronáutico. Abalroação marítima e aeronáutica. Avarias. Protesto marítimo. Tribunal marítimo.
- INTERNACIONAL -: Aplicação do Direito Estrangeiro: limites.
- PREVIDENCIÁRIO -: Ação previdenciária. Justificação. Tempo de serviço e tempo de contribuição. Juizado Especial Federal: questões previdenciárias.

3 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O sorteio para os **pontos da prova oral** de cada grupo, **ocorrerá 24h antes**, portanto no dia 28 de fevereiro (quarta-feira) às 9h será sorteado o ponto dos candidatos do 1º grupo e às 14h será sorteado o ponto dos candidatos do 2º grupo. Este sorteio será realizado na sala das Turmas, no 2º andar deste Tribunal.

3.2 A relação dos candidatos aprovados na prova oral ao concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região do Tribunal Regional Federal será publicada no Diário da Justiça da União, afixadas nos quadros de avisos do CESPE, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgadas na Internet, nos endereços eletrônicos www.cespe.unb.br e www.trf5.gov.br, na data provável de **06 de março de 2007**.

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO CAVALCANTI
Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região